



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

ANO 2024

Lisboa, 31 de março de 2025



Esta página foi propositadamente deixada em branco

1

Índice

MENSAGEM DO ADMINISTRADOR ÚNICO	6
RELATÓRIO DE GESTÃO	7
A EMPRESA	8
VISÃO ESTRATÉGICA	9
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS	10
OPERAÇÕES	12
MEDICINA DO TRABALHO	13
SEGURANÇA NO TRABALHO	14
PREVENÇÃO E CONTROLO DE DEPENDÊNCIAS	15
GESTÃO DE SINISTROS	16
ESPECIALIDADES MÉDICAS	17
FORMAÇÃO	18
PERSPECTIVAS FUTURAS	19
CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	20
1. OBJETIVOS DE GESTÃO E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO	21
2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	21
3. LIMITES DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO	22
4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E "ARREARS"	22
5. RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA	23
6. DILIGÊNCIAS TOMADAS COM VISTA A SOLUCIONAR AS SITUAÇÕES SUBJACENTES À EMISSÃO DE RESERVAS NA ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	23
7. REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E AUDITOR EXTERNO	23
8. APLICAÇÃO DO ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO	24
9. DESPESAS CONFIDENCIAIS OU NÃO DOCUMENTADAS	24
10. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES POR GÊNERO	24
11. PLANO PARA A IGUALDADE	24
12. PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	25
13. CONTRATAÇÃO PÚBLICA	25
14. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS	25
15. EFICIÊNCIA OPERACIONAL	26
16. PRECURSOS HUMANOS E MASSA SALARIAL	26
17. RINCÍPIO DE UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	27
18. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS	28
19. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA	28
20. INFORMAÇÃO REPORTADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2024	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA	29
1. Identificação da entidade e período de relato	34
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	34
2.1. Referencial contabilístico	34
2.2. Derrogações ao SNC	34
2.3. Valores comparativos	34
3. Adoção Pela Primeira Vez das NCRF – Divulgação Transitória	35
4. Principais políticas contabilísticas	35

4.1. Bases de mensuração	33
4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes	35
4.3. Juízos de valor	39
4.4. Principais pressupostos relativos ao futuro	40
4.5. Principais fontes de incertezas das estimativas	41
5. Fluxos de caixa	42
6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	42
7. Ativos fixos tangíveis	42
8. Ativos intangíveis	43
9. Outros investimentos financeiros	44
10. Impostos sobre o rendimento	44
11. Clientes	44
12. Estado e outros entes públicos	46
13. Outros créditos a receber	46
14. Diferimentos	47
15. Capital subscrito	47
16. Reservas legais	47
17. Outras reservas	47
18. Resultados transitados	48
19. Financiamentos obtidos	48
20. Outras dívidas a pagar	48
21. Fornecedores	49
22. Vendas e serviços prestados	49
23. Fornecimentos e serviços externos	49
24. Gastos com pessoal	50
25. Outros rendimentos	51
26. Outros gastos	51
27. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	51
28. Juros e gastos similares suportados	52
29. Divulgações de partes relacionadas	52
30. Garantias e avales	53
31. Acontecimentos após a data de balanço	53
32. Proposta de aplicação de resultados	53





“

If you can dream—and not make dreams your master
If you can think—and not make thoughts your aim
If you can meet with Triumph and Disaster
And treat those two impostors just the same
If you can bear to hear the truth you’ve spoken
Twisted by knaves to make a trap for fools,
Or watch the things you gave your life to, broken,
And stoop and build ‘em up with worn-out tools

”

Rudyard Kipling



MENSAGEM DO ADMINISTRADOR ÚNICO

O ano de 2024 representa um marco significativo para a ECOSAÚDE SA. Após um ciclo de desafios, consolidámos a nossa posição, mantendo um elevado nível de qualidade nos serviços prestados e fortalecendo a nossa sustentabilidade económica e financeira.

Os resultados, melhoraram ligeiramente em relação ao exercício passado, num quadro de dificuldades e de margens reduzidas em que operamos, mas refletem o compromisso e a dedicação de cada profissional que contribui diariamente para o sucesso da nossa missão: garantir saúde e segurança com excelência. Com a atividade médica a crescer e um volume de consultas e tratamentos com moderada evolução, torna-se essencial reforçarmos a nossa equipa com recursos humanos especializados. A renovação dos quadros médicos e a aposta na formação contínua são pilares fundamentais para assegurar a qualidade dos serviços que prestamos.

Temos presente que devemos continuar a investir na capacitação dos nossos profissionais, particularmente no âmbito da medicina no trabalho, onde o mercado se revela com escassa oferta de recursos humanos, mas importa garantir que estejamos sempre preparados para responder às necessidades dos nossos utentes. Além disso, reconhecemos que o avanço tecnológico é um fator determinante para a nossa competitividade. Alguns dos nossos equipamentos já cumpriram o seu ciclo de amortização, o que nos leva a considerar prioritário, planejar investimentos estratégicos na sua renovação e modernização. Estes investimentos serão realizados de forma criteriosa, privilegiando tecnologia inovadora que contribua para a eficiência e qualidade dos serviços.

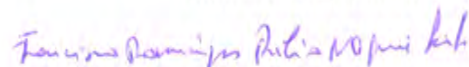
Sabemos que o contexto atual impõe desafios, nomeadamente o aumento dos custos operacionais, mas encaramos o futuro com otimismo e determinação. Para fortalecer a nossa posição e garantir um crescimento sustentável, estamos a desenvolver parcerias estratégicas que nos permitirão ampliar a nossa presença para além do setor dos transportes, diversificando a nossa base de clientes e assegurando novas oportunidades de negócio.

A ECOSAÚDE SA mantém-se firme no compromisso com os seus acionistas e trabalhadores. Continuaremos a crescer com responsabilidade, inovação, sempre com um olhar voltado para o futuro e para as oportunidades que nos permitirão consolidar a nossa liderança no setor.

A Ecosaúde tem procurado e deseja prosseguir o desiderato de dirigir a sua atividade, preferencialmente, para a prestação de serviços às empresas de transportes quer no domínio ferroviário, fluvial, aeroportuário, entre outros. Essa especialização resulta sobretudo na afirmação do seu know-how de excelência que é aliás reconhecido pelo mercado em geral e é entendido pela empresa como uma manifestação de confiança que se deseja manter e aperfeiçoar.

É com satisfação que manifestamos o nosso reconhecimento a todos os técnicos da empresa, aos seus médicos, Enfermeiros, técnicos de higiene e segurança, fisioterapeutas, técnicos de análises, administrativos e por maioria de razão e elementar justiça. Ao seu Diretor Geral, Dr. Eduardo Martins Pereira, cuja dedicação e profissionalismo concorreu decisivamente para os resultados agora apresentados. Manifestamos igualmente o nosso agradecimento pelo apoio e colaboração recebida dos órgãos sociais da empresa e particularmente do Fiscal Único e dos nossos Revisores de Contas. Igualmente uma palavra de apreço e gratidão ao Conselho de Administração da acionista única, CP- Comboios de Portugal, cujo apoio e colaboração para as atividades da empresa, tem sido determinante e merece um justo registo.

Francisco Nogueira Leite



RELATÓRIO DE GESTÃO



A EMPRESA

Queremos que a nossa dedicação faça sempre a diferença.

29 ANOS DEDICAÇÃO



A ECOSAÚDE - EDUCAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E CONSULTORIA EM TRABALHO, SAÚDE E AMBIENTE, S.A. é uma Sociedade Comercial Anónima do Sector Empresarial do Estado. Foi constituída a 13 de outubro de 1995, com o objeto de Prestação de Serviços Integrados de Segurança e Saúde no Trabalho, Saúde Humana e Consultoria Especializada.

No ano de 2024 completou 29 anos de existência.

A Ecosaúde assume o compromisso de valorizar o Homem enquanto elemento fundamental de uma organização.

Atualmente, regista um Capital Social de 50.000 Euros, integralmente realizado e detido pela empresa CP-Comboios de Portugal, EPE.

No final do ano de 2023, a empresa tem uma presença regional nas zonas do Porto, Coimbra, Entroncamento, Lisboa, Barreiro e

Faro. Para além de ter instalações próprias nestes locais, ainda presta serviços em instalações dos seus Clientes.

A Ecosaúde serve dois mercados distintos:

Mercado Business to Business (B2B) - onde tem uma carteira de cerca de 300 Clientes, com quem contratualiza a prestação de serviços externos de Segurança e Saúde no Trabalho assim como outros serviços empresariais relacionados. Estes clientes estão dispersos por diversas regiões e vários sectores de atividade, destacando-se, em valor, o do sector dos transportes (públicos e privados) e o sector marítimo e portuário.



VIA PORTO

MEDWAY

Transporte & Logística

Mercado Business to Consumer (B2C) - onde presta serviços de Saúde e Bem-estar a mais de 3 mil clientes, nomeadamente no âmbito de prestador de serviços das redes de seguros de saúde, de acidentes de trabalho e acordos de convenções:

multicare

AdvanceCare
À sua saúde

médis

TRANQUILIDADE

Como atua numa indústria de Serviços, logo de mão-de-obra intensiva, conta com uma equipa de 89 colaboradores ativos, que na sua maioria, são profissionais altamente qualificados e diferenciados. No total de colaboradores regulares, 65 são prestadores de serviços e 24 são do Quadro da empresa (20 contratados sem termo e 5 contratados a termo).

A Ecosaúde presta serviços com as autorizações legalmente obrigatórias, nomeadamente:

Uma aposta continua na certificação dos nossos serviços



VISÃO ESTRATÉGICA



É visão desta Administração que a qualidade na prestação dos serviços de Segurança e Saúde no Trabalho contribui de forma muito relevante para que haja elevados níveis de produtividade e motivação do Capital Humano nas organizações e também concorre para a humanização no trabalho, que as sociedades desenvolvidas tanto prezam.

Para além da componente humana, a qualificação destes serviços também contribui de forma significativa para a diminuição do risco operacional, através da mitigação dos riscos profissionais, minimizando os riscos de natureza patrimonial e a quebra de operações

assim como o risco de perda de reputação nas organizações.

Nestes pressupostos, acreditamos que existem muitas organizações que efetivamente necessitam de serviços de Segurança e Saúde no Trabalho com um nível de valor acrescentado elevado, acima da mediana, ou até mesmo da mediocridade que, infelizmente, ainda pairam nesta indústria de serviços. Para estas, uma proposta de serviços de valor acrescentado tem sempre lugar e é um investimento com retorno assegurado.

Cabe à Ecosaúde comunicar de forma eficaz a sua proposta de valor, tornando percebido o valor intrínseco dos seus serviços para as atividades dos seus Clientes.

A Ecosaúde continua assim a seguir uma estratégia comercial de desnatação, posicionando-se neste segmento de mercado com maior valor. Para atingir tal propósito organiza Serviços Externos numa lógica integrada e interdisciplinar. Para o efeito, acumulou ao longo dos anos um conjunto de competências centrais nas valências de serviço da Saúde e Segurança no Trabalho, mas também em áreas complementares, como a Formação, a Gestão dos Sinistros, a Prevenção e Controlo de Dependências e, finalmente, a Saúde e o Bem-estar em geral.

Com o objetivo de manter vantagens competitivas sustentáveis, a Ecosaúde deverá continuar a apostar na manutenção e desenvolvimento da qualificação dos seus profissionais, das suas infraestruturas, assim como na

k

melhoria contínua de processos e na inovação dos serviços. Só assim poderá acrescentar mais valor e destacar-se dos seus concorrentes.

Para cumprir os exigentes critérios legais e regulamentares desta atividade e para servir as necessidades dos seus clientes a empresa tem de manter instalada uma capacidade adequada, que implica valores de investimento e custo de operação relevantes.

A rentabilização desta capacidade instalada obriga a diversificação relacionada de serviços, em ordem a aproveitar ao máximo a capacidade disponível, habitualmente libertada pela Saúde no Trabalho, que concentra a sua atividade no período da manhã.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Conjuntura macroeconómica

O enquadramento macroeconómico do ano de 2024 continuou favorável para a economia portuguesa em geral e para os agentes económicos em particular, nomeadamente para a Ecosaúde.

O ano continua a ser marcado pela progressiva redução do nível da inflação, por crescimento económico, embora com desaceleração da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). O desemprego estabilizou em nível historicamente baixo e o emprego cresceu.

	2023	2024 (p)	2025 (p)	2026 (p)	2027(p)
Produto Interno Bruto	2,5	1,7	2,2	2,2	1,7
Consumo privado	2,0	3,0	2,7	1,9	1,8
Consumo público	0,6	1,1	1,1	0,8	0,3
Formação bruta de capital fixo	3,6	0,8	5,4	4,6	0,1
Procura interna	1,7	2,2	2,9	2,3	1,2
Exportações	3,5	3,9	3,2	3,3	3,2
Importações	1,7	5,2	4,7	3,4	2,1
Emprego	1,0	1,3	0,8	0,7	0,4
Taxa de desemprego	6,5	6,4	9,4	5,4	4,4
Índice harmonizado de preços no consumidor	5,3	2,6	2,1	2,0	2,0
Serviços	6,5	4,4	3,2	2,8	2,7
Bens	4,1	1,1	1,2	1,3	1,3

Unidade: taxa de variação anual (%)



Crescimento económico:

O Banco de Portugal (BP) estima que no ano de 2024, a economia portuguesa registou um crescimento real de 1,7% no PIB. Este crescimento foi principalmente impulsionado pelo dinamismo das exportações e do consumo privado.

Inflação e Preços:

A evolução da trajetória do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) em Portugal continua a registar uma trajetória descendente. Em 2024, o IHPC registou uma taxa de variação anual de 2,6% e prevê-se que a inflação atinja o objetivo de 2% nos anos subsequentes.

Emprego e Desemprego:

No ano 2024, a taxa de desemprego em Portugal permaneceu em nível historicamente baixo, com 6,4%. O emprego aumentou 1,3% no ano 2024. O mercado de trabalho apresenta-se assim em forma robusta e com contribui para o aumento da atividade económica.

Contas públicas e Endividamento público

As últimas estimativas disponíveis apontam para que no ano de 2024 execução orçamental do Estado registre um excedente orçamental de 0,4% do PIB (excedente de 0,9% no ano 2023).

No final do ano 2024, o rácio da dívida em relação PIB era de 95,3% (97,9% no ano 2023). A evolução do stock da dívida pública continua numa trajetória descendente que, a ser mantida, permitirá que Portugal quebre o limiar dos 90% no ano 2027. É neste contexto que o Rating da Dívida da República continua a ser revisto em alta pelas principais agências de notação financeira da dívida pública, tendo a república portuguesa neste momento um nível classificação de 1.º nível, com perspetiva estável.

Indicadores económicos e financeiros da empresa

Em termos económicos, o **Valor Acrescentado Bruto** gerado pela empresa no ano de 2024 ascendeu ao montante de 916 milhares de euros, contribuindo em igual medida para o PIB português.

No exercício de 2024 a Ecosaúde registou um **Volume anual de prestação de serviços** de 1.636 milhares de Euros, um aumento nominal de 109 milhares Euros face ao período homólogo (+4%).

O **EBITDA** foi positivo no valor de 88 milhares de euros, o **Resultado operacional** foi igualmente positivo, em 60 milhares de euros, e o **Resultado líquido no período** foi positivo 35 milhares de euros.

O peso relativo destes três indicadores económicos no volume anual das vendas passou assim a ser de, respetivamente: 3,1%, 2,1% e 1,3%.

A **Varição de caixa e seus equivalentes** foi positiva, em 106 milhares de euros, facto que beneficiou o nível de liquidez acumulada da empresa. O **Fluxo de caixa das atividades operacionais** foi positivo, no valor de 113 milhares de euros. A empresa recolheu junto dos seus Clientes 3.129 milhares de euros, pagou 2.219 milhares de euros a fornecedores e outras entidades e pagou 797 milhares de euros ao Pessoal. O **Fluxo de caixa das atividades de investimento** foi negativo, em -29 milhares de euros. O **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** também foi negativo, no valor -49 milhares de euros, dos quais: 39 milhares de euros com amortização de dívida à acionista e 10 milhares de euros de com juros da dívida remunerada.

Ao nível da situação patrimonial, no que respeita o **Fundo de Maneio** no final do ano 2024, e quando comparado com o final do ano 2023, a Ecosaúde diminuiu as dívidas de **Clientes e de Outros créditos a receber** em -6% (-39 milhares de euros) e também diminuiu a dívida a **Fornecedores** em -3% (-6 milhares de euros). Houve assim um desinvestimento em **Necessidades de Fundo de Maneio** no valor de -34 milhares de euros no ano 2024.

No final do ano de 2024, o **Capital Próprio** registava um valor positivo de 278 milhares de euros, senda naquela data o **Ativo Total** financiado em 32% pelos Capitais Próprios e, mais importante, o Ativo Não Corrente estava integralmente coberto pelo Capital Próprio.

No que diz respeito à **Dívida Remunerada**, no final do ano de 2024, a Ecosaúde diminuiu o endividamento líquido em 20% (-39 milhares de euros). A dívida remunerada era integralmente constituída por um financiamento de médio e longo prazo. Havia ainda uma linha de financiamento de curto prazo junto do Banco Millennium BCP, de 250 milhares de euros, não utilizada.

OPERAÇÕES



A área de Gestão de Operações tem como principal missão coordenar e integrar operacionalmente todas as atividades da Empresa, assegurando e promovendo o trabalho entre as diversas equipas: médica, de enfermagem, técnica de segurança, formação e administrativa. Ao nível da gestão de clientes, o principal objetivo é angariar novos clientes e gerir a carteira de clientes e contratos vigentes, de forma a fidelizar e promover a venda cruzada de todos os serviços da Empresa.

No ano de 2024, esta área consolidou o desenvolvimento de novos modelos de serviço ao Cliente, nomeadamente na racionalização do uso da capacidade instalada, mas também no uso da

capacidade em prestação da atividade fora das instalações, na otimização de processos e numa oferta de serviços integrada, contemplando as vertentes da Medicina do Trabalho, Segurança, Gestão de Sinistros, Medicina Curativa, Formação e Prevenção e Controlo de Dependências.

Ao nível da otimização dos processos, podemos apontar como um exemplo a progressiva melhoria do Sistema de Informação de Suporte à Atividade que, para além de facilitar o fluxo de informação interna e dar um melhor apoio ao processo de tomada de decisão dos profissionais de saúde e segurança, acrescentou novas funcionalidades para os Clientes acederem às informações relevantes no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, por via de um portal de internet.

No âmbito da promoção da saúde dos trabalhadores das empresas nossas Clientes, e tendo por objetivo contribuir para a melhoria da performance das organizações, desenvolvemos algumas campanhas e rastreios, que contaram com a colaboração das equipas médica e de enfermagem, nomeadamente: Rastreamento de avaliação do risco cardiovascular, Campanha de vacinação contra a gripe sazonal, entre outras. Também executamos ações de informação e sensibilização sobre temas relacionados com a saúde.

MEDICINA DO TRABALHO

A proteção da saúde constitui um direito dos indivíduos e da comunidade. Na sua atividade profissional, os trabalhadores das empresas e outras organizações estão sujeitos a condições de trabalho de natureza material e organizacional que influenciam a sua saúde logo, a sua capacidade de exercer as funções.

Na Ecosaude, a Medicina do Trabalho efetua as atividades necessárias à prevenção de riscos para a saúde do trabalhador, assim como as que mitigam a ocorrência de doenças profissionais. Estas são concretizadas através das atividades de vigilância e acompanhamento realizadas pelas nossas equipas de Médicos Especialistas, Enfermeiros de Trabalho e Técnicos de Saúde.

Os principais objetivos da atividade de Medicina do Trabalho são:

- Avaliação do estado de saúde dos trabalhadores e das capacidades físicas necessárias ao bom desempenho da atividade profissional;
- Avaliação das condições de exposição dos trabalhadores aos diversos riscos de natureza profissional;
- Desenvolvimento de ações conjuntas com a área de Higiene e Segurança no Trabalho, no sentido de criar abordagens integradas que aportem valor para as várias Empresas Clientes;
- Visitas da Medicina do Trabalho às várias empresas, conforme a programação e tendo em conta os locais de maior risco de acidentes ou doenças profissionais;
- Realização de Juntas Médicas e estudos de morbilidade sobre grupos de risco;
- Desenvolvimento de relações de natureza médico-legal com entidades oficiais, em matéria de Saúde Pública e outras estruturas sanitárias;
- Conceção de artigos técnicos de diversos temas de promoção da saúde.

Durante o ano de 2024, realizaram-se na Ecosaude 14.553 atos médicos e de saúde no âmbito da saúde no trabalho. Quando comparada com o período homólogo, a atividade aumenta 6%.

Evolução da atividade de saúde no trabalho

Unidade: N.º de intervenções de Saúde. Trabalho

Cliente	Ano 2024	Δ 24/23	Ano 2023	Δ 23/22	Ano 2022	Δ 22/21	Ano 2021	Δ 21/20	Ano 2020	Δ 20/19	Ano 2019
Grupo CP	4.812	+4%	4.646	+4%	4.455	+21%	3.697	+9%	3.388	-11%	3.802
Outros Clientes	9.741	+7%	9.123	+5%	8.712	+2%	8.537	+26%	6.784	-14%	7.864
Total Saúde Trabalho	14.553	+6%	13.769	+5%	13.167	+8%	12.234	+20%	10.172	-13%	11.666



SEGURANÇA NO TRABALHO

A melhoria das condições de trabalho, inerentes a cada atividade profissional e a prevenção de acidentes de trabalho orientam a prestação de serviços externos de Segurança no Trabalho na Ecosaúde, nomeadamente nas seguintes atividades:



- Organização e gestão da prevenção;
- Auditorias gerais da política de segurança na empresa;
- Programas de prevenção e gestão de riscos;
- Avaliação e controlo de riscos e elaboração de relatórios técnicos;
- Avaliação de condições de trabalho;
- Medições e estudos técnicos;
- Investigação, organização e tratamento estatístico da sinistralidade laboral;
- Restantes obrigações legais do empregador em matéria de Segurança.

Para além da organização de serviços externos e dada a sua experiência e competência, a Ecosaúde realiza um conjunto de atividades complementares na área de consultadoria em segurança no trabalho:

- ✓ Consultoria em Ergonomia;
- ✓ Consultoria em Condições de Trabalho;
- ✓ Planeamento e Gestão de Emergência;
- ✓ Sistemas de Segurança.

O ano de 2024 registou uma redução do nível de atividade de -2%. Foram executadas no ano 2024: 922 auditorias de avaliação de condições de trabalho, 335 investigações de acidentes de trabalho e 471 intervenções técnicas de natureza diversa (Avaliações de riscos, Consultas aos trabalhadores, Planos de contingência, entre outras).

Evolução da atividade de segurança no trabalho

Unidade: N.º de intervenções de Seg. Trabalho

Cliente	Ano 2024	Δ 24/23	Ano 2023	Δ 23/22	Ano 2022	Δ 22/21	Ano 2021	Δ 21/20	Ano 2020	Δ 20/19	Ano 2019
Grupo CP	751	-9%	823	-2%	837	+7%	785	+5%	745	-11%	835
Outros Clientes	977	+4%	940	-5%	992	+21%	819	-4%	850	+9%	777
Total Segurança Trabalho	1.728	-2%	1.763	-4%	1.829	+14%	1.604	+1%	1.592	-1%	1.612

PREVENÇÃO E CONTROLO DE DEPENDÊNCIAS

Esta valência de serviços tem dois objetivos primordiais: a montante, a promoção de um ambiente de trabalho sem consumo de álcool e drogas de abuso, a jusante, temos a missão de apoiar a assistência aos trabalhadores afetados pelos consumos excessivos, aconselhando o seu encaminhamento para as unidades de saúde especializadas.

As áreas de atuação desta valência são as seguidamente mencionadas:

Ao nível da Prevenção:

- ✓ Elaborar diagnósticos organizacionais e apoiar na definição de políticas e programas de prevenção de consumos excessivos de álcool e drogas nas empresas;
- ✓ Desenvolver campanhas e diretivas no sentido da implantação de práticas e regulamentos para a prevenção de adictos de álcool e drogas nas empresas.

Ao nível da Formação:

- ✓ Desenvolver programas de formação junto das chefias e quadros intermédios das empresas, habilitando-as à identificação dos sinais disfuncionais e a lidar adequadamente com os casos/problema;
- ✓ Elaborar e difundir pelos trabalhadores das empresas clientes, documentação elucidativa dos malefícios do consumo excessivo e dependência de substâncias de abuso, Álcool e Drogas;

Ao nível do Controlo:

- ✓ Realizar testes de controlo de alcoolemia e toxicologia junto do universo dos trabalhadores das empresas com quem celebramos contratos de prestação de serviços, para a identificação dos casos de abuso.

Finalmente, ao nível do Aconselhamento:

- ✓ Propor políticas tendentes à promoção de um ambiente de trabalho menos favorável ao consumo de álcool e drogas;
- ✓ Apoiar a assistência aos trabalhadores afetados pelos consumos excessivos, aconselhando o seu encaminhamento para unidades de saúde especializadas.

Durante o ano de 2024, no que respeita a atividade programada de controlo, realizaram-se 10.804 intervenções, diminuindo o nível de atividade em -4,6%, quando comparada com a atividade do ano 2023 (11.327).

No que diz respeito à atividade não programada, de testagem à chamada, e a funcionar 24 horas e em todos os dias da semana nos seguintes locais: Porto, Coimbra, Entroncamento, Lisboa e Faro; realizaram-se 196 intervenções no ano 2024.

GESTÃO DE SINISTROS

Acidentes de trabalho

No campo de ação dos acidentes de trabalho e fora do âmbito da organização dos serviços externos de saúde no trabalho, a Ecosaúde tem um conjunto alargado de serviços que presta para acompanhamento dos trabalhadores, desde o acidente (ou recidiva) até à cura:

- ✓ Consultas de diversas especialidades;
- ✓ Observação médica complementada com meios auxiliares de diagnóstico;
- ✓ Tratamento, apoio psicológico e social;
- ✓ Articulação com seguradoras em matéria de acidentes;
- ✓ Emissão de pareceres médicos (desvalorizações);
- ✓ Gestão de processos;
- ✓ Apoio empresarial em matérias de autosseguro;
- ✓ Peritagens em tribunal



No exercício de 2024 foram efetuados 543 atos médicos desta natureza.

Gestão da Emergência

A Ecosaúde tem em regime de prevenção e disponibilidade permanente, um Gabinete de Emergência dotado de um conjunto de profissionais de saúde (Médicos e Enfermeiros) e segurança (Técnicos de Segurança) para prestarem auxílio e informação aos passageiros de transporte ferroviário, no âmbito dos Planos de Emergência Ferroviárias da sua acionista CP-Comboios de Portugal.

No ano 2024, felizmente, não se registaram acidentes ferroviários que necessitassem de intervenção do Gabinete de Emergência.

No âmbito da normal assistência aos Passageiros sinistrados nos comboios e gares ferroviárias, foram seguidos pela Ecosaúde 43 sinistrados no ano 2024.

ESPECIALIDADES MÉDICAS

Para complementar a atividade da saúde no trabalho, apoiamos as organizações e os seus colaboradores através de diversas especialidades médicas, criando as melhores condições para a prevenção, deteção e tratamento de cada situação. Em cada uma das unidades de saúde, atuamos na proteção e tratamento dos vários tipos de patologias criando condições para o aumento da qualidade de vida e bem-estar.



- | | |
|-----------------------------------|------------------------|
| ✓ Cardiologia | ✓ Nutrição Clínica |
| ✓ Cirurgia Geral e Vascular | ✓ Oftalmologia |
| ✓ Clínica Geral | ✓ Ortopedia |
| ✓ Dermatologia | ✓ Otorrinolaringologia |
| ✓ Estomatologia | ✓ Psiquiatria |
| ✓ Medicina Interna | ✓ Psicologia Clínica |
| ✓ Medicina Física de Reabilitação | ✓ Fisioterapia |
| ✓ Neurocirurgia | ✓ Medicina desportiva |

No ano de 2024 foram realizadas 2.989 consultas de especialidade. Paralelamente, foram efetuadas: 2.529 tratamentos de fisioterapia, 790 exames complementares de diagnóstico de análises clínicas, 46 atos de enfermagem e 40 exames complementares de diagnóstico.

FORMAÇÃO



A prevenção na segurança e saúde passa obrigatoriamente pela formação. O controlo de riscos profissionais tem na formação um privilegiado instrumento de prevenção. A Ecosaúde planeia, organiza e executa atividade formativa nas áreas de Segurança e Saúde com o objetivo de estimular a cultura de segurança e o desenvolvimento das condições de trabalho, apoiando o crescimento da produtividade das organizações.

A responsabilidade pela disponibilização de formação enquanto medida preventiva, obrigatória para a proteção dos trabalhadores em relação aos riscos profissionais a que estão expostos na sua atividade, é acometida à entidade empregadora.

A diferenciação da marca Ecosaúde no mercado é construída com base na sua visão integradora de todas as vertentes capazes de garantir o desenvolvimento de uma cultura de segurança e saúde nas empresas, e com isso, melhorar continuamente as condições de trabalho e de desenvolvimento económico das empresas.

A formação constitui-se na Ecosaúde como uma atividade complementar às atividades de Segurança e de Saúde no Trabalho no âmbito da prestação de serviços externos.

A Ecosaúde presta serviços de formação interempresas, nas temáticas e conteúdos transversais a todas as organizações e sectores de atividade, mas também ministra formação intraempresa, feita à medida das necessidades específicas de cada organização.

No ano de 2024, a Ecosaúde realizou:

- 55 ações de formação;
- 519 horas de Formação;
- Frequentadas por 508 formandos; e
- Às quais corresponderam: 6.256 horas de volume de formação.

Em parceria com a Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa realizou-se a 10ª edição da Pós-graduação de Enfermagem do Trabalho e iniciou-se a 11ª edição, em outubro, que se encontra a decorrer.

PERSPECTIVAS FUTURAS

A visão da Administração para a ação da empresa e para os principais objetivos do mandato é manter a empresa dotada de conhecimento, recursos e competências para executar uma prestação de serviços de qualidade nas áreas da saúde e segurança, de acordo com as exigentes necessidades dos clientes.

Paralelamente, a empresa procurará manter a sua autonomia económica e financeira, por forma a poder diminuir progressivamente os encargos desta importante atividade no Grupo CP.



Em exercícios anteriores ao ano 2024, a situação pandémica permitiu à empresa aumentar de forma significativa o nível de atividade, a faturação e a rentabilidade da empresa. Salienta-se, no entanto, que este efeito virtuoso não foi estrutural e terminou no final do primeiro semestre de 2023. Houve assim que aproveitá-lo ao máximo no curto prazo, dotando a empresa de uma estrutura flexível e eficiente para dar resposta a esta solicitação anormal de serviços pelos Clientes, mas que não a onere no longo prazo.

É fundamental continuar a ganhar massa crítica noutros sectores de atividade, para além do sector dos transportes, defendendo sempre a manutenção de um nível de serviço altamente qualificado e a posição da Empresa como líder neste segmento mercado de alto valor.

Está identificada uma tendência de aumento dos gastos com pessoas acima do valor da inflação e da taxa crescimento real da economia. Esta situação está diretamente relacionada com a escassez de mão-de-obra nas duas principais áreas de negócio (Saúde e Segurança no Trabalho), que pressiona em alta os respetivos gastos operacionais. Não tem sido possível refletir de forma imediata estes aumentos na base de contratos em vigor, situação que degradada a margem de contribuição destas áreas de negócio da empresa.

É neste contexto em que remunerar o investimento, continuará a sempre a ser um objetivo, mas será um desafio de médio e longo prazo. Será também a condição necessária para manutenção da atividade da empresa. Para ambos os desígnios, é fulcral a continuação do crescimento do nível de atividade e do volume de negócios nas áreas tradicionais, assim como manter a estrutura de custos estável e equilibrada.

Este ano a empresa reforçou o saneamento económico e financeiro iniciado no ano 2008, na última década e meia, as operações da Empresa foram reestruturadas, racionalizadas e, ao mesmo tempo, qualificadas. Ultrapassado o ciclo de modernização das instalações e saneamento financeiro, prosseguirá o estabelecimento de parcerias com operadores do setor, permitindo aumentar a cobertura regional da prestação de serviços.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
Objectivos de Gestão			
Objetivo de gestão EBITDA >0; RO > 0 e RL >0	S	% cumprimento 88, 60 e 35 milhares de Euros respetivamente	
Metas a atingir constantes no PAO 2024			
Investimento	S	100% cumprimento	
Nível de endividamento	S	100% cumprimento	
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.		
Gestão do Risco Financeiro	S	Taxa média de financiamento 6,67%	
Limites de Crescimento do Endividamento	S	Var. Endividamento -20%	
Evolução do PMP a fornecedores	N	Variação do PMP a fornecedores (45 dias)	Aumento de 5 dias
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	Total de "Arrears" em 31 de dezembro (75.718 €)	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação ...	N.A.	Não foram efetuadas recomendações	
Reservas emitidas na última CLC			
Reserva ...	N.A.	Não houve reservas ou ênfases	
Remunerações/honorários			
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2024 - -5%	N.A.		
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	https://ecosoude.pt/informacao-publica/	
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção			
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	N.A.		
Gastos Operacionais das Empresas Públicas			
S	S		
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	69% disponibilidades no IGCP em 31 de dezembro	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	Saldo em 31 de dezembro de 32.885 €	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		
Auditorias do Tribunal de Contas ¹⁴			
Recomendação 1	N.A.		
Elaboração do Plano para a igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	N	Cumpridos os requisitos em geral, mas falta a formalização do documento	
Apresentação da demonstração não financeira			
S	S		

1. OBJETIVOS DE GESTÃO E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

- a) O Conselho de Administração definiu objetivos para o ano de 2024, os quais constam do Plano de Atividades e Orçamento do ano 2024 submetidos à acionista.

O objetivo principal da empresa continua a ser o de atingir a sustentabilidade económica e financeira, para que a empresa possa desempenhar de forma sustentada e autonomamente a sua missão.

Para o ano de 2024 planeou-se a continuação do reforço dos pilares da autossustentabilidade da empresa, a saber: Inovação Incremental de processos; Flexibilidade operacional; Aumento de quota de mercado em quantidade; e Saneamento económico e financeiro.

- b) PAO 2024 – Aferição dos Indicadores

Unid: euro

Indicadores	PAO 2024	Executado 2024	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	23.666,00 €	35.391,00 €	11.725,00 €	
EBITDA	74.393,00 €	88.199,00 €	13.806,00 €	
Resultado Operacional ¹⁾ (EBIT)	44.024,00 €	59.832,00 €	15.808,00 €	
Volume de Negócios ²⁾	2.827.056,00 €	2.811.955,00 €	-15.101,00 €	
Gastos Operacionais ³⁾	2.737.477,00 €	2.725.852,00 €	-11.625,00 €	
Gastos Operacionais/Volume de N.	96,83%	96,94%	0,11 p.p.	
Endividamento ⁴⁾	103.980,00 €	103.980,00 €	0,00 €	
Dívida Financeira Líquida ⁵⁾ /EBITDA	-168,24%	-2,67%	165,57 p.p.	
Disponibilidades ⁶⁾	229.138,74 €	106.333,00 €	-122.805,74 €	

- c) PAO 2024 - Investimento

Unid: euro

Plano de Investimento	PAO 2024	Total Executado 2024	Fontes de financiamento					Desvio (PAO vs Executado)	Observações/medidas
			Autofinanciament o (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR		
Investimento x	20.000,00 €	35.480,00 €	35.480,00 €						15.480,00 €
Valor total do investimento	20.000,00 €	35.480,00 €	35.480,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15.480,00 €

2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A atividade da Empresa não oferece risco financeiro relevante. O principal risco financeiro na Ecosaúde deriva do facto da sua estrutura financeira ser parcialmente assegurada por capitais alheios com natureza de curto prazo, a saber, 250 milhares de euros, por utilizar no final do ano 2024.

Na medida em que estes estão sujeitos regular e anualmente a ciclos de renegociação e, no limite, podem não ser renovados, a continuidade da empresa poderá ficar exposta a risco se não houver suporte financeiro da acionista.

A dívida remunerada era integralmente constituída por financiamento de médio e longo prazo obtido junto da acionista, pelo que o risco acima referido era inexistente. Os encargos financeiros com a dívida foram os abaixo listados:

Unid: euro

Ano	2024	2023	2022	2021	2020
Encargos Financeiros (€)	9.532,00 €	12.833,00 €	5.779,00 €	8.905,00 €	13.535,00 €
Taxa Média de Financiamento (%)	6,67%	5,91%	3,00%	2,60%	3,40%

3. LIMITES DE CRESCIMENTO DO ENDEVIDAMENTO

A Ecosaúde tem desde há uns anos a esta data, duas fontes de financiamento distintas: um empréstimo de médio longo prazo de 104 milhares de euros, contratado com a acionista, e uma linha de descoberto autorizado de 250 milhares de euros, de curto prazo, contratada com o Banco MillenniumBcp e não utilizada no final de dezembro de 2024.

Unid: euro

Ano	2024	2023
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital próprio	50.000,00 €	50.000,00 €
Financiamento remunerado	103.980,00 €	142.980,00 €
Novos investimentos com expressão material em 2024	0,00 €	
Varição do Endividamento	-20,21%	

4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E "ARREARS"

O quadro abaixo apresenta a evolução do prazo médio de pagamentos (PMP) a fornecedores.

PMP	2024	2023	Varição 24/23	
			Valor	%
Prazo (dias)	45	40	5	11,7%

Depois de no ano de 2021 ter reduzido expressivamente o prazo médio de pagamento a fornecedores (PMP), no ano de 2024, aumentamos ligeiramente o prazo médio de pagamento a fornecedores (+11,7%).

A situação dos atrasos nos pagamentos "arrears" em 31 dezembro 2024 é expressa no quadro abaixo:

Unid: euro

Dívida Vencida (>90 dias)	PAGAMENTOS EM ATRASO				
	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do artigo 4.º do DL 127/2012				
	2024				2023
	90-180 dias	180-365 dias	> 360 dias	Total	Total
1 - Aq. de Bens e Serviços	8001	1615	66102	75718	85874
2 - Aq. de Capital	0	0	0	0	0
3 - Total dívida vencida >90 dias (1+2)	8.001 €	0 €	0 €	0 €	85.874 €
4 - Situações excluídas (n.2 art.4 DL 127/2012)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
4.1 - obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória	0	0	0	0	0
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor	0	0	0	0	0
4.3 - montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados	0	0	0	0	0
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	8.001 €	0 €	0 €	0 €	85.874 €

5. RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA

Durante o ano 2024 realizou-se uma Assembleia Geral Ordinária, onde foram apresentadas e aprovadas as contas do ano 2023. Nesta ocasião não foram dadas recomendações.

6. DILIGÊNCIAS TOMADAS COM VISTA A SOLUCIONAR AS SITUAÇÕES SUBJACENTES À EMISSÃO DE RESERVAS NA ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

A última CLC foi emitida sem reservas e sem ênfases.

7. REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E AUDITOR EXTERNO

Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral foi integralmente reeleita para novo mandato (2023/2025), por deliberação unânime por escrito da acionista na data de 11 de maio 2022. Os membros da Mesa da Assembleia Geral são não remunerados.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2023/2025	Presidente	Maria Romana da Cunha Honório Paulino Correia de Vasconcelos	- €	- €
2023/2025	Secretária	Maria Manuela Saraiva Gil Pereira	- €	- €

Administrador Único

O Administrador Unico não auferir quaisquer remunerações ou regalias da Ecosaúde SA.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
2022/ 2024	Administrador Único	Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite	DUE	28/04/2022

Os cargos de Administrador Único e dos membros da Assembleia Geral não são remunerados, considerando que a eleição foi efetuada ao abrigo do nº4 do art.º 20 do DL nº 71/2007 de 27 de março, com a redação que lhe foi dada pelo DL nº 8/2012 de 18 de janeiro. O Administrador Único em funções integra o Quadro de Recursos Humanos da acionista única. Para além deste facto, não se registaram quaisquer relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas com a acionista.

Fiscalização

O órgão de fiscalização foi eleito por Deliberação Unânime de 11 maio de 2023, para terceiro mandato no triénio 2023/2025, com a composição abaixo:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (€)
			Forma (1)	Data	

2023 / 2025	Fiscal Único	RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., SROC n.º 143 e representada por: Efetivo – Luis Francisco Pereira Rosa, ROC n.º 713 N.º CMVM 20161455 Suplente – Paulo Fernandes da Silva Pereira, ROC n.º 931 N.º CMVM 20160548	DUE	11 maio 2023	2.150 € anuais
-------------	--------------	--	-----	--------------	----------------

Auditor externo

Os serviços de Auditoria Externa são prestados pela empresa **Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda.**, Número de registo na OROC 197 e Número de registo na CMVM 20161495.

Estes serviços são prestados no âmbito consolidado e foram contratados pela sociedade mãe para todas as empresas do grupo, através de procedimento de contratação pública dirigido ao mercado para o ano 2020. A remuneração dos serviços de auditoria externa é no valor anual de 2.530 Euros. Os serviços prestados são exclusivamente de auditoria de contas, não havendo lugar a quaisquer outros serviços, nomeadamente de consultadoria.

8. APLICAÇÃO DO ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros da Administração, não havendo igualmente lugar a reembolso aos mesmos de quaisquer despesas de representação pessoal, assim como não há lugar a pagamento de quaisquer despesas relacionadas com comunicações (telefones móveis, telefone no domicílio e serviço de dados de internet) e com viaturas (aluguer, combustível e portagens).

9. DESPESAS CONFIDENCIAIS OU NÃO DOCUMENTADAS

Não se registaram quaisquer despesas desta natureza no ano 2024.

10. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES POR GÉNERO

No sítio de internet da Ecosaúde (<http://ecosaude.pt/informacao-publica/>) encontra-se divulgada, utilizando o modelo de análise da CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, relatório sobre disparidade salarial de género.

11. PLANO PARA A IGUALDADE

Encontra-se a desenvolvimento um plano formal para cumprir cabalmente com as obrigações legais nesta sede. Salientamos, no entanto, sobre a igualdade de oportunidades, os seguintes factos da empresa Ecosaúde:

- Trabalham na empresa 24 trabalhadores 18 mulheres e 6 homens;

- O Diretor Geral (cargo de gestão de topo) é desempenhado por um Homem e é o cargo mais bem remunerado, mas segundo e terceiro cargos com melhor remuneração são desempenhados por mulheres;
- As duas principais áreas de negócio são dirigidas por mulheres: Saúde no Trabalho e Segurança no Trabalho;
- Desde o ano de 2010, recrutamos 27 trabalhadores, dos quais: 2 diretores operacionais: um homem e uma mulher (a mulher tem uma remuneração superior); 25 técnicos superiores de higiene e segurança no trabalho, dos quais 4 foram homens e 21 mulheres (todos com remuneração similar).

Sobre a conciliação da vida familiar com o trabalho:

- 4 dispensas trimestrais remuneradas por ano para tratar de assuntos pessoais;
- Mais um dia de férias do que o legalmente previsto;
- Seguros de saúde;

12. PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Considerada a reduzida dimensão da empresa, em diversas áreas a empresa subscreve as políticas da sua acionista única – CP Comboios de Portugal EPE – como sejam o Código de Ética e o Plano de Gestão de Riscos, que inclui os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

13. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Em sede de contratação, a empresa rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e a revisão do Código dos Contratos Públicos aprovada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

Atendendo à sua pequena dimensão, a empresa adota, em regra, o procedimento por ajuste direto no regime simplificado. Nesta sede, com exceção das aquisições por Fundo de Maneio, que têm regulamento próprio, todas as aquisições carecem de prévia autorização por parte do órgão de gestão. Há a boa prática de gestão de solicitação de apresentação de proposta a, pelo menos, três entidades que apresentem garantias de execução do serviço e experiência comprovada, bem como reduzir a escrito as suas contratações sempre que possível.

A empresa tem neste momento contratualizado com a VORTAL a utilização de uma plataforma eletrónica de contratação, para a realização de procedimentos públicos de aquisição em conformidade com a legislação em vigor. Esta plataforma é essencialmente utilizada para ter conhecimento dos concursos/consultas postas no mercado, permitindo a apresentação de propostas de prestação de serviços nas áreas de negócio da Ecosaúde.

A Ecosaúde não celebrou qualquer contrato com valor superior a 5 milhões de euros no ano de 2023.

14. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

Em conjunto com as empresas participadas da sua acionista a Ecosaúde participa em vários processos de aquisição de bens e serviços para o grupo, nomeadamente nas áreas de seguros, serviços de revisão oficial de contas,

comunicações, energia elétrica, entre outros. A sua acionista única é entidade aderente voluntária dos SNCP, pelo que a Ecosaúde é utilizadora indireta deste sistema. A empresa ainda não aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas.

15. EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Abaixo ser relatam os quadros de resumo da eficiência operacional:

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - n. 1 e 2 do artigo 134º do DLEO 2024	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	2024/2023		2024/2024 (orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) CMVMC				0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
(2) FSE	1.887.243,00 €	1.903.467,87 €	1.808.723,00 €	78.520,00	4,34%	16.224,87	-0,008523849
(3) Gastos com o pessoal	838.609,00 €	834.009,49 €	793.539,00 €	45.070,00	5,68%	4.599,51	0,005514938
(4) Impactos nos gastos decorrentes de imposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	25.947,00 €	25.947,00 €	23.781,00 €	2.166,00	9,11%	0,00	0
Impacto acordo melhoria de rendimentos	25.947,00 €	25.947,00 €	23.781,00 €	2.166,00	9,11%	0,00	0
Impacto y				0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
.....				0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)	2.699.905,00 €	2.711.530,36 €	2.578.481,00 €	21.424,00	4,71%	11.625,36	-0,00428738
(6) Volume de negócios	2.811.955,00 €	2.827.056,02 €	2.702.802,00 €	9.153,00	4,04%	15.101,02	-0,005341606
Vendas				0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
Prestações de Serviços	2.811.955,00 €	2.827.056,02 €	2.702.802,00 €	9.153,00	4,04%	15.101,02	-0,005341606
Outros Rendimentos que concorrem para o VN (discriminar e fundamentar, se aplicável)				0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
Indemnizações Compensatórias (se aplicável)				0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
(7) Impactos no VN decorrentes de imposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
Impacto x				0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
Impacto y				0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
.....				0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	2.811.955,00 €	2.827.056,02 €	2.702.802,00 €	9.153,00	4,04%	15.101,02	-0,005341606
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	0,96 €	0,96 €	0,95 €	0,61	64,46%	0,10	0,105988736

Informação adicional	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	2024/2023		2024/2024 (orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	838.609,00 €	834.009,49 €	793.539,00 €				
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	2.466,12 €	2.591,77 €	2.466,00 €	2,12	0,000859692	-123,65	-0,047707239
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais ¹⁾ (discriminar, se aplicável)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
iii. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes do acordo para a melhoria do rendimento (Despacho de 29/12/2023-MF) ²⁾	25.226,76 €	23.920,00 €	22.828,00 €	2.398,76	10,51%	1.306,76	5,46%
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
v. (+) Efeito do Absentismo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
vi. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)a)	1.887,87 €	1.840,00 €	1.162,00 €	725,87	62,47%	47,87	2,60%
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi	809.026,25 €	807.497,72 €	768.245,00 €	40.781,25	5,31%	1.528,58	0,19%
(3) Gastos com deslocações e alojamento	3.482,49 €	5.626,09 €	5.457,80 €	-1.975,31	-36,19%	-2.143,60	-38,10%
(4) Gastos com ajudas de custo	46.301,98 €	35.555,00 €	34.574,95 €	11.727,03	33,92%	10.746,98	30,23%
(5) Gastos associados à frota automóvel ³⁾	43.532,00 €	53.151,00 €	50.367,39 €	-6.835,39	-13,57%	-9.619,00	-18,10%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria				0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
(7) Total dos gastos (3) a (6)	93.316,47 €	94.332,09 €	90.400,14 €	2.916,33	3,23%	-1.015,62	-1,08%
(8) N.º de Viaturas (operacional)	7	7	7	0,00	0,00%	0,00	0,00%
(9) N.º de viaturas (não operacional)	3	3	3	0,00	0,00%	0,00	0,00%

16. PRÉCURSOS HUMANOS E MASSA SALARIAL

Abaixo ser relatam os quadros de resumo dos recursos humano e massa salarial:

	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	2024/2023	
				Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	4	4	4	0	0,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	5	5	5	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	25	24	24	1	4,17%
TOTAL	34	33	33	1	3,03%
N.º Trabalhadores/N.º CD	7,5	7,25	7,25	0,25	3,45%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	-838.609,00 €	-834.009,49 €	-793.539,00 €	-45.070,00 €	5,68%
Massa Salarial Global	838.609,00 €	834.009,49 €	793.539,00 €	45.070,00 €	5,68%
Massa Salarial sem os efeitos de volume (caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do n.º de trabalhadores) ⁴⁾	829.017,78 €	834.009,49 €	793.539,00 €	35.478,78 €	4,47%

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2023	Movimentos de Pessoal em 2024					Situação a 31/12/2024
		Saídas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Contratações para substituição de saídas	Novas contratações*	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)**	
	(1)	(2)		(3)	(4)	(5)	(6) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5)
Órgãos Sociais (OS)	4	0	0	0	0	0	4
Cargos de direção (s/ OS)	5	0	0	0	0	0	5
Outros trabalhadores	15	4	0	4	2	0	17
Total (OS+CD+Trabalhadores)	24	4	0	4	2	0	26
Impacto nos gastos com pessoal	-	107.448,00 €	-	107.448,00 €	9.591,22 €	0,00 €	9.591,22 €

17. PRINCÍPIO DE UNIDADE DE TESOUREARIA DO ESTADO

A Ecosaúde detém junto do IGCP – Instituto de Gestão e Crédito Público, E.P.E. uma conta bancária. Nesta sede, obteve em 17 de fevereiro 2023 a autorização do IGCP (Ref.º EU: SGC nº 23) para efetuar, nos anos 2023 e 2024, algumas operações na banca comercial, a saber:

- Os valores necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- As cobranças efetuadas através da utilização da vertente credora dos débitos diretos, cujos montantes arrecadados devem ser quinzenalmente transferidos para contas da ECOSAÚDE no IGCP;
- Os valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Os valores inerentes ao serviço dos contratos de factoring, leasing e similares e dos empréstimos bancários (curto, médio ou longo prazo);
- Empréstimos bancários contraídos (montantes estritamente necessários para o serviço do empréstimo, nas datas previstas para o efeito).

Para além do Fundo de Maneio necessário ao normal funcionamento da empresa e as disponibilidades mínimas, não houve capacidade de constituir disponibilidades excedentárias para aplicação financeira. A Ecosaúde não recebeu assim quaisquer juros de aplicações financeiras no ano 2024.

Em 31 de dezembro de 2024 a situação das disponibilidades e aplicações era a abaixo resumida, por trimestre:

Banca Comercial*	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
Disponibilidades Banco BPI	82,20 €	61,40 €	40,60 €	19,80 €
Disponibilidades Montepio	4.481,50 €	4.462,78 €	4.444,06 €	4.425,34 €
Disponibilidades Millennium BCP	-138.369,88 €	38.838,36 €	129.377,43 €	28.439,89 €
Total	-133.806,18 €	43.362,54 €	133.862,09 €	32.885,03 €
Juros auferidos**	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

IGCP	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
Disponibilidades	11.176,01 €	63.874,88 €	44.152,35 €	73.007,82 €
Aplicações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	11.176,01 €	63.874,88 €	44.152,35 €	73.007,82 €

18. AUDITÓRIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Durante o ano de 2024, na Ecosaude SA não houve quaisquer auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.

19. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

No que for aplicável, a divulgação desta informação será feita autonomamente no Relatório de Governos Societário.

20. INFORMAÇÃO REPORTADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

A Ecosaude disponibiliza a informação relacionada com a sua atividade e gestão na página do sítio de internet com o endereço: <http://ecosaude.pt/informacao-publica/>

Toda a informação a constar no sítio do SEE está incluída na informação transmitida pelo Acionista CP, Comboios de Portugal EPE por via da integração de informação. A informação a constar no sítio da Ecosaude encontra-se refletida nos Relatórios e Contas publicados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

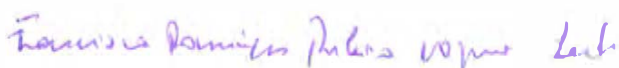
A Administração exprime o seu apreço e gratidão pelo empenho e dedicação revelada por todos os que participaram e cooperaram com a empresa, com especial ênfase a todos os trabalhadores e colaboradores que com o seu trabalho diário e dedicação muito contribuíram para os resultados do ano.

A Administração também manifesta o seu reconhecimento e agradecimento ao Conselho de Administração da CP, Comboios de Portugal, EPE, bem como a todos os Clientes, Entidades Bancárias e Fornecedores, pela forma como col responderam e colaboraram no desenvolvimento da atividade da empresa.

Por fim, a Administração agradece à Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único, pela forma atenta e competente como acompanharam a gestão da empresa ao longo do Exercício.

Lisboa, 31 de março de 2025

Francisco Nogueira Leite



(Administrador Único)

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA



BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO

Balanço individual em 31 de dezembro 2024

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	83 961	94 157
Ativos intangíveis	8	25 064	12 349
Outros investimentos financeiros	9	311	311
		109 336	106 817
Activo Corrente			
Clientes	11	524 184	457 037
Outros créditos a receber	13	89 201	195 802
Diferimentos	14	28 449	20 624
Caixa e depósitos bancários	5	106 333	71 927
		748 167	745 390
Total do ativo		857 503	852 207
Capitais Próprios e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	15	50 000	50 000
Reservas Legais	16	11 258	9 879
Outras Reservas	17	28 681	28 681
Resultados Transitados	18	152 751	126 560
Resultado Líquido do período		35 391	27 570
Total Capital Próprio		278 081	242 690
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Financiamentos Obtidos	19	50 985	103 980
		50 985	103 980
Passivo Corrente			
Fornecedores	21	208 114	213 805
Estado e Outros Entes Públicos	12	97 112	92 551
Financiamentos Obtidos	19	52 995	39 000
Outras dividas a pagar	20	149 740	142 795
Diferimentos	14	20 476	17 386
		528 437	505 537
Total do passivo		579 422	609 517
Total do capital próprio e do passivo		857 503	852 207

O Administrador Único

O Contabilista Certificado

Francisca Romão do Espírito Santo

Paula Cristina Tavares Sousa Ribeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro 2024

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	22	2 811 955	2 702 802
Fornecimentos e serviços externos	23	(1 887 243)	(1 808 723)
Gastos com o pessoal	24	(838 609)	(793 539)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	10 390	(20 137)
Outros rendimentos	25	33 428	41 589
Outros gastos	26	(41 722)	(30 732)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		88 199	91 260
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	07/08/27	(28 367)	(31 642)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		59 832	59 618
Juros e gastos similares suportados	28	(9 532)	(12 883)
Resultado antes de impostos		50 300	46 735
Imposto sobre o rendimento do período	10/12	(14 909)	(19 165)
Resultados Líquido do Período		35 391	27 570

Francisco Domingos Ribeiro Mafra Neto

O Administrador Único

Paula Cristina Tavares Silva Ribeiro

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro 2024

Euros

RUBRICAS	PERÍODOS	
	31-12-2024	31-12-2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	3 128 745	2 742 173
Pagamentos a fornecedores	(1 635 517)	(1 510 867)
Pagamentos ao pessoal	(796 739)	(765 914)
Caixa gerada pelas operações	696 489	465 392
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(20 451)	-
Outros recebimentos/pagamentos	(563 395)	(568 786)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	112 643	(103 394)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(13 747)	(27 091)
Activos intangíveis	(15 647)	(8 389)
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)	(29 394)	(35 480)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(39 000)	(31 500)
Juros e gastos similares	(9 843)	(10 309)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(48 843)	(41 809)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	34 406	(180 683)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	71 927	252 610
Caixa e seus equivalentes no fim do período	106 333	71 927

François Damaz de Aguiar Monteiro Leite

O Administrador Único

Paula Cristina Tavares Sousa Ribeiro

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES AO CAPITAL PRÓPRIO

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 31 de dezembro de 2024

NOTAS	DESCRIÇÃO	Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmitidos	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
1	15 a 18	50.000	9.879	28.681	126.560	27.570	242.690	-	242.690
	Alterações no período								
	Primeira adoção de novo referencial contábilístico				26.931	(27.570)			
	Alterações de políticas contábilísticas								
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
	Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
	Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
	Ajustamentos por impostos diferidos		1.979						
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio				26.931				
2			1.979		26.931				
3						35.391	35.391		35.391
4 = 2 + 3						35.391	35.391		35.391
	Resultado integral					35.391	35.391		35.391
	Operações com detentores de capital no período								
	Realizações de capital								
	Realizações de prémios de emissão								
	Distribuições								
	Entradas para cobertura de perdas								
	Outras operações								
5									
	Posição no fim do período de 2024	50.000	11.258	28.681	152.751	35.391	278.081	-	278.081

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 31 de dezembro de 2023

NOTAS	DESCRIÇÃO	Capital Substituto	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transmitidos	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
1	15 a 18	50.000	5.130	28.681	36.229	94.981	115.121	-	215.121
	Alterações no período								
	Primeira adoção do novo referencial contábilístico								
	Alterações de políticas contábilísticas								
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
	Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
	Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
	Ajustamentos por impostos diferidos		4.702		90.231	(94.981)			
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
2			4.749		90.231	(94.981)			
3						27.570	27.570		27.570
4 = 2 + 3						27.570	27.570		27.570
	Resultado integral					27.570	27.570		27.570
	Operações com detentores de capital no período								
	Realizações de capital								
	Realizações de prémios de emissão								
	Distribuições								
	Entradas para cobertura de perdas								
	Outras operações								
5									
	Posição no fim do período de 2023	50.000	9.879	28.681	126.560	27.570	242.690	-	242.690

O Administrador Único

Fernando Pombo Ribeiro

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Tavares Sousa Ribeiro

ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade e período de relato

A Ecosaúde – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A. é uma sociedade anónima com sede social na Rua do Polo Sul, n.º 2 A, Parque das Nações, 1990-273 Lisboa, tendo sido constituída em 13 de outubro de 1995 e tem por principal atividade a prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

A Empresa é detida a 100% pela empresa CP – Comboios de Portugal, E.P.E., com sede social na Calçada do Duque, nº20 – 1249-109 Lisboa.

A Ecosaúde é uma das empresas participadas que integra o grupo de empresas CP – Comboios de Portugal, E.P.E e estas são as suas demonstrações financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transações com as empresas do grupo apresentados na nota 29.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da Ecosaúde – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A., foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto na portaria nº220/2015 de 24 de julho, que aprova os novos modelos das Demonstrações Financeiras com efeito a partir de 1 de janeiro de 2016. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual (EC).

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Administrador Único da Empresa, no dia 31 de março de 2025, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2024 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2023.

2.2. Derrogações ao SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3. Valores comparativos

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Adoção Pela Primeira Vez das NCRF – Divulgação Transitória

A empresa efetuou a transição para as NCRF em 1 de janeiro de 2009, e essas demonstrações financeiras foram divulgadas pela primeira vez no Relatório e Contas de 2010, com os valores comparativos já convertidos para NCRF.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

4.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Administrador Único formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.3 - Juízos de valor utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.



Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	7
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	7

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

Ativos intangíveis

A Empresa reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Empresa necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

Outros ativos/passivos financeiros

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

A Empresa mensura os seus ativos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.



A Empresa mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Clientes e outros créditos a receber

As contas a receber são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.



Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço;
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

Custos com empréstimos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período não sendo capitalizados mesmo que diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Ativos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um ex-fluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Acontecimentos subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 31 de março de 2025, data em que foram aprovadas pelo Administrador Único conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

4.3 Juízos de valor

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.



Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Administrador Único considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

4.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

A acionista única tem atividades de risco elevado e sinistralidade laboral acima da média do setor, logo está obrigada por Lei a organizar serviços internos de saúde e segurança no trabalho. Neste contexto, deveriam ter instalações clínicas (postos médicos) e pessoal qualificado (médicos, enfermeiros e técnicos de segurança) nestas áreas em diversos pontos do país.

A Lei prevê, alternativamente, a possibilidade de haver uma empresa no grupo (autorizada para a prestação destes serviços), que é o caso da ECOSAÚDE, que preste serviços de saúde e segurança no trabalho, sendo estes equiparados a serviços internos.

Neste contexto a ECOSAÚDE continuara a servir este papel e, aproveitando o conhecimento, as instalações e equipamentos existentes, assim como os processos de negócio, servir o mercado por forma a diluir gastos fixos com esta atividade.

Acresce ao acima referido que a pandemia experienciada no passado recente, colocou os serviços de saúde ocupacional no centro das decisões críticas das organizações, nomeadamente para o assegurar da continuidade das operações.

Neste contexto, salvaguardando uma eventual estratégia alternativa que possa ser escolhida no próximo mandato pela acionista, a atual Administração entende que a estratégia empresarial deverá continuar a assentar em quatro pilares:

4.4.1. – Utilização da capacidade instalada

Concretizada a renovação e construção de novas infraestruturas e a autorização para a prestação de serviços pela Autoridade das Condições de Trabalho, estão reunidas as condições suficientes e necessárias para uma intervenção mais abrangente no mercado em que a empresa opera. Será dada prioridade ao aumento da atividade a médio e longo prazo.

4.4.2. – Racionalização dos gastos operacionais

Em simultâneo continuará a realizar-se a racionalização dos gastos operacionais, ao abrigo das disposições legais emanadas pela Tutela para o Sector Empresarial do Estado, nomeadamente na diminuição dos gastos com pessoal e dos Fornecimentos Externos.

4.4.3. – Redução da dívida

Paralelamente às medidas para o equilíbrio operacional, deverá ser prosseguida a estratégia de redução progressiva da dívida, remunerada e espontânea, para níveis sustentáveis para a empresa e seus parceiros.

4.4.4. – Financiamento da atividade de exploração e serviço da dívida

Independentemente do objetivo de autofinanciamento, a Ecosáude regista em 31 de dezembro de 2024 uma situação financeira equilibrada, com um nível de recursos permanentes suficiente para cobrir os ativos não correntes e o financiamento das necessidades de fundo de maneio.

4.5. Principais fontes de incertezas das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores.

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. A empresa tendo em consideração o princípio da prudência, tem constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma.

No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem impactar nos resultados.



5. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

Rubrica de caixa e depósitos bancários

A 31 de Dezembro de 2024 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Desagregação da rubrica de caixa e depósitos bancários:

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/2024	31/12/2023
Caixa		
Caixa Central	440	-
	440	
Depósitos à ordem		
BPI	20	46
IGCP	73 008	62 345
Montepio	4 425	4 623
Banco Comercial Português	28 440	4 913
	105 893	71 927
Descobertos bancários	-	-
	106 333	71 927

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não existem alterações de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras da empresa a reportar.

7. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/2023	31/12/2023
Valor Bruto		
Edifícios e outras construções	140 680	140 680
Equipamento básico	356 427	346 293
Equipamento de transporte	61 069	61 069
Equipamento administrativo	203 889	197 823
Outros ativos fixos tangíveis	129 617	129 617
	891 682	875 482
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	26 396	30 718
Depreciação acumulada de períodos anteriores	781 325	750 607
	807 721	781 325
Valor líquido contabilístico	83 961	94 157

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis e investimentos em curso durante o ano 2024, são analisados como se segue:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Regularizações	Saldo final
Valor bruto									
Edifícios e outras construções	140 681	-	-	-	-	-	-	(1)	140 680
Equipamento básico	346 293	10 134	-	-	-	-	-	-	356 427
Equipamento de transporte	61 069	-	-	-	-	-	-	-	61 069
Equipamento administrativo	197 823	6 066	-	-	-	-	-	-	203 889
Outros ativos fixos tangíveis	129 616	-	-	-	-	-	-	1	129 617
	875 482	16 200							891 682
Depreciação acumulada e imparidade									
Edifícios e outras construções	96 424	11 632	-	-	-	-	-	-	108 056
Equipamento básico	308 338	7 720	-	-	-	-	-	-	316 058
Equipamento de transporte	61 069	-	-	-	-	-	-	-	61 069
Equipamento administrativo	185 878	7 044	-	-	-	-	-	-	192 922
Outros ativos fixos tangíveis	129 616	-	-	-	-	-	-	-	129 616
	781 325	26 396							807 721
Total	94 157								83 961

No período em análise, as adições verificaram-se na rubrica de equipamento básico com a aquisição de equipamentos da área da saúde e no equipamento administrativo com a aquisição de equipamentos informáticos.

À data de 31 de dezembro de 2024, não existem ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira.

8. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Valor Bruto		
Projetos de desenvolvimento	46 040	50 795
Programa de computadores	18 629	-
Ativos intangíveis em curso	9 330	8 518
	73 999	59 313
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	1 971	924
Amortização acumulada de períodos anteriores	46 964	46 040
	48 935	46 964
Valor líquido contabilístico	25 064	12 349

No final do ano de 2024, a rubrica de ativos intangíveis registava o valor líquido de depreciações de 25.604 euros, dos quais 9.330 euros respeitavam um ativo em curso referente a uma aplicação de gestão de informação de assistência a passageiros sinistrados nos comboios e gares ferroviárias, que irá começar a ser usada no ano de 2025.

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2024, são analisados como se segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto							
Projetos de desenvolvimento	50 795	-	-	-	-	(4 755)	46 040
Programas de computador	-	3 960	-	-	-	14 669	18 629
Investimentos em Curso	8 518	10 726	-	-	-	(9 914)	9 330
	59 313	14 686	-	-	-	-	73 999
Amortização acumulada e imparidade							
Projetos de desenvolvimento	46 964	1 321	-	-	-	(2 246)	46 039
Programas de computador	-	650	-	-	-	2 246	2 896
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-	-	-
	46 964	1 971	-	-	-	-	48 935
Total	12 349						25 064

9. Outros investimentos financeiros

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Fundo Compensação Trabalho	311	-	311	311	-	311
	311	-	311	311	-	311

10. Impostos sobre o rendimento

Tendo a CP – Comboios de Portugal, E.P.E. adquirido a totalidade da participação financeira na Ecosaúde à data de junho de 2012, conforme previsto no artigo 69º do Código do IRC, a Ecosaúde com referência a janeiro de 2014 passou a integrar o Grupo CP, sendo tributada no âmbito do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

Relativamente a Impostos sobre o Rendimento, a Ecosaúde não contabilizou ativos nem passivos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais, por ter considerado que não existem expectativas de que o Grupo CP venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais dedutíveis que ascendem aproximadamente a 309,05 milhões de euros.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado de 2024, no montante de 14.909€, única matéria tributável apurada no exercício.

11. Clientes

A rubrica de clientes é analisada como se segue:

(valores em euros)

	31/12/2024	31/12/2023
Valor Bruto:		
Cientes c/c		
Gerais	503 554	366 539
Empresa-mãe	14 597	84 465
Outras partes relacionadas	6 033	6 033
Clientes - cobrança duvidosa	214 291	224 681
	738 475	681 718
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	10 390	(20 137)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(224 681)	(204 544)
	(214 291)	(224 681)
Valor líquido contabilístico	524 184	457 037

A variação negativa no saldo registado na Empresa-mãe comparativamente com o período homo logo, deve-se à diminuição das faturas que ficaram por receber no final do ano.

A nível dos clientes gerais, destacam-se com saldos mais significativos no final do período em análise as seguintes entidades:

- PSA SINES-TERMINAIS CONTENTORES, SA - 123.925€
- GENERALI SEGUROS, S.A- 53.600€
- MEDWAY - OPERADOR FERROVIÁRIO DE MERCADORIAS, S.A - 19.326€
- ETT PRIME - EMP.TRABALHO TEMPORÁRIO - 19.118€
- VIAPORTO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO - 18.430€
- MULTICARE - SEG. SAÚDE, SA - 14.418€

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como se segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Utilizações	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Clientes gerais	(224 681)	(11 884)	-	22 274	(214 291)
	(224 681)	(11 884)	-	22 274	(214 291)

As perdas por imparidade nas dívidas de clientes são reconhecidas na sequência da análise efetuada pela empresa à recuperabilidade dos montantes envolvidos.

12. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euro)	
	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Imposto sobre o rendimento - IRC	14 909	19 16
Imposto sobre o rendimento - IRS	15 193	15 16
IVA a pagar	52 135	44 31
Contribuição para a Segurança Social	14 875	13 89
	97 112	92 55

Verificou-se um acréscimo na rubrica na ordem dos 4.561 euros. Para esse valor contribuíram essencialmente as seguintes variações de sentidos opostos, por um lado verificou-se um acréscimo de 7.816 euros no IVA a pagar e por outro verificou-se um decréscimo de 4.256 euros na estimativa do imposto sobre o rendimento relativo ao ano de 2024.

13. Outros créditos a receber

A rubrica de outros créditos a receber é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/2024	31/12/2023
Valor Bruto:		
Pessoal	1 035	1 364
Fornecedores/Outros Credores (saldos devedores)	9 533	7 598
IVA operações regularização	1 327	353
Outros devedores	58 840	37 059
Devedores por acréscimos de rendimentos	18 466	149 428
Valor líquido contabilístico	89 201	195 802

Na rubrica de Outros devedores estão refletidos montantes a rebebitar a clientes, nomeadamente deslocações em viatura própria.

Já na rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, estão registados valores correspondentes a serviços prestados em 2024, mas que irão ser faturados somente em 2025. No final do período, os montantes mais expressivos nesta rubrica são os seguintes:

- Medicina do trabalho - 15.348 €;
- Higiene e segurança - 2.060 €.

14. Diferimentos

A rubrica de diferimentos é analisada como se segue:

(valores em euros)		
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Seguros	7 868	7 114
Rendas	17 182	10 111
Outros	3 399	3 399
	28 449	20 624
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Serviços prestados	20 476	17 386
	20 476	17 386

Nesta rubrica são registadas as faturas datadas do ano, mas cujo gasto ou cujo rendimento respeita ao período seguinte, consoante se trate de um diferimento passivo ou de um diferimento ativo.

Nos gastos a reconhecer, verificou-se um acréscimo na rubrica das rendas face ao ano anterior, justificado apenas pelo incremento no valor das rendas.

15. Capital subscrito

O capital subscrito de 50.000€, representado por 10.000 ações ordinárias de valor nominal de 5€ cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2024.

16. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Do resultado líquido apurado em 2023 no montante de 27.570 €, a importância de 26.191 € foi transferida para a conta de resultados transitados, e o valor remanescente de 1.379 € foi transferido para reservas legais.

(valores em euros)		
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Reservas Legais	11 258	9 879
	11 258	9 879

17. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

(valores em euros)		
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Reservas Livres	28 681	28 681
	28 681	28 681

18. Resultados transitados

Do resultado líquido apurado em 2023 no montante de 27.570 €, a importância de 26.191 € foi transferida para a conta de resultados transitados, e o valor remanescente de 1.379 € foi transferido para reservas legais.

19. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como se segue:

(valores em euros)		
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Não Corrente		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	50 985	103 980
	50 985	103 980
Corrente		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	52 995	39 000
	52 995	39 000

Dando cumprimento ao acordo de pagamento da dívida para com o acionista, durante o exercício de 2024 a Ecosaúde amortizou uma parte do empréstimo contraído em dezembro de 2013 com a empresa mãe, num total de 39.000 €.

A linha de crédito do Millennium BCP (descoberto bancário), com referência a 31 de dezembro de 2024, não estava a ser utilizada.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)		
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Até 1 ano	52 995	39 000
De 1 a 5 anos	50 985	103 980
	103 980	142 980

20. Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como se segue:

(valores em euros)		
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Corrente		
Fornecedores de Investimentos	295	545
Credores por acréscimos de gastos	141 066	125 269
Outros credores	8 379	16 981
	149 740	142 795

O acréscimo que se verificou, comparativamente com o período homologado, ficou a dever-se à conjugação de dois efeitos contrários: por um lado ao aumento dos credores por acréscimos de gastos, através do aumento da especialização de fornecimentos e serviços externos e das remunerações a liquidar e por outro à diminuição dos outros credores, pela diminuição dos clientes gerais saldo credor e pela diminuição dos credores gerais conta corrente.



21. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores c/c		
Gerais	208 114	201 206
Empresa-mãe	-	12 599
	208 114	213 805

Os principais saldos de fornecedores são:

- A. REIS VALLE, LDA. - 59.293€;
- CENTRO MEDICINA LABORATORIAL GERMANO DE SOUSA, S.A. - 35.813€;
- IP TELECOM - SERVIÇOS - 16.603€;
- TRYIT, LDA. - 14.760€.

22. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	(valores em euros)	
	2024	2024
Serviços prestados		
Prevenção e controlo	248 068	231 662
Medicina do trabalho	1 438 858	1 284 744
Higiene e segurança no trabalho	572 118	620 607
Medicina curativa	343 064	344 161
Medicina acidentes	160 459	161 813
Formação	49 388	59 815
	2 811 955	2 702 802

No período de 2024 esta rubrica teve um incremento de 109.153€ face ao período homólogo, com especial destaque para a medicina do trabalho com um aumento de 154.114€ e para a prevenção e controlo com 16.406€. Em sentido inverso, as outras componentes que contribuem para o valor da rubrica, todas elas sofreram diminuições sendo a mais expressiva a higiene e segurança no trabalho com 48.489€.

23. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2024	2023
Subcontratos	1 400 766	1 357 907
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	82 369	58 209
Publicidade e propaganda	2 128	1 331
Vigilância e segurança	1 070	924
Honorários	9 719	7 976
Conservação e reparação	12 672	15 443
Outros Serviços especializado		
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	941	888
Livros e documentação técnica	160	
Material de escritório e oferta	8 434	7 267
Energia e fluidos:		
Eletricidade	12 754	11 061
Combustíveis	14 679	15 563
Água	1 815	1 437
Outros Energia e fluidos	8 948	11 394
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	1 938	2 700
Transportes de pessoal	2 526	2 758
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	214 156	169 668
Comunicação	24 986	27 371
Seguros	2 778	3 010
Contencioso e notariado	105	105
Despesas de representação	4 884	8 654
Limpeza, higiene e conforto	30 990	30 302
Despesas medicina	27 406	53 066
Outros serviços	21 019	21 689
	1 887 243	1 808 723

Os fornecimentos e serviços externos sofreram um incremento de cerca de 78.520€, acompanhando a tendência da rubrica de Vendas e Serviços Prestados. Para o aumento contribuíram essencialmente os subcontratos com 42.859€ e os trabalhos especializados com um aumento de 24.160€. Também as rendas sofreram um acréscimo de 44.488€. Em sentido oposto, verificou-se uma diminuição das despesas de medicina na ordem dos 25.660€.

24. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2024	2023
Remunerações dos órgãos sociais	2 468	2 466
Remunerações do pessoal	654 806	618 580
Indemnizações	1 888	1 162
Encargos sobre remunerações	145 498	138 302
Seguros de acidentes no trabalho	2 481	2 556
Seguro de saúde	16 101	12 824
Gastos com acção social	14 683	13 074
Outros gastos com o pessoal	684	4 575
	838 609	793 539

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa, no período, foi de 24, tal como já havia sido no ano de 2023.

No global a rubrica de gastos com o pessoal sofreu um ligeiro acréscimo de 45.070€. Todas as componentes que compõem a rubrica subiram ligeiramente, justificando o acréscimo, a única exceção foi a diminuição do valor dos outros gastos com o pessoal.

25. Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2024	2023
Correções períodos anteriores	106	1 815
Excesso estimativa imposto	11 320	25 430
Outros	22 002	14 344
	33 428	41 589

A Ecosaúde é tributada fiscalmente ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), por a empresa estar inserida no Grupo CP.

Nos períodos de 2023 e de 2024 reconheceu-se excesso de estimativa de imposto atendendo ao facto de a empresa ter estimado em ambos os exercícios imposto a pagar tendo por base o cálculo numa base individual.

A variação dos outros é justificada pelo aumento da faturação referente à Medicina de acidentes – Serviço de assistência a sinistrados.

26. Outros gastos

A rubrica de outros gastos é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2024	2023
Impostos	2 575	3 267
Correções períodos anteriores	5 799	8 961
Quotizações	1 740	1 140
Serviços e comissões bancárias	4 075	4 491
Multas e penalidades	265	1 250
Outros	27 268	11 623
	41 722	30 732

A rubrica, sofreu um acréscimo face ao período homologado de 2023 no montante de 10.990€. O maior incremento verificou-se na componente outros, onde são contabilizadas as despesas relativas ao contrato de sinistrados. Também as Quotizações sofreram um ligeiro aumento. As restantes componentes que concorrem para a rubrica sofreram todas um decréscimo com especial enfoque nas correções de períodos anteriores onde são registados acertos de faturas referentes períodos anteriores.

27. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como se segue:

(valores em euros)

Descrição	2024	2023
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	26 396	30 718
Ativos intangíveis	1 971	924
	28 367	31 642

28. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como se segue:

(valores em euros)

Descrição	2024	2023
Juros suportados	9 532	12 883
	9 532	12 883

Os juros suportados respeitam ao financiamento do acionista único e a juros devedores da conta de depósitos à ordem.

29. Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de dezembro de 2024, a estrutura acionista da Empresa, é a seguinte:

(número de ações)

	31/12/2024	31/12/2023
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	10 000	10 000
	10 000	10 000

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

Descrição	2024	2023
Vendas e prestações de serviço		
Empresa-mãe	1 275 623	1 192 744
Outras partes relacionadas	4 023	29 496
Gastos		
Empresa-mãe	(31 863)	(33 176)
Outras partes relacionadas	-	(107)
	1 247 783	1 188 957

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como se segue:

(valores em euros)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Empresa-mãe	14 597	84 465
Outras partes relacionadas	-	6 033
Passivo		
Empresa-mãe	(103 980)	(155 579)
	(89 383)	(65 081)

30. Garantias e avales

(valores em euros)

	2024	2023
Garantias Bancárias		
Millennium BCP a favor da PETROGAL SA	2 500	2 500
Millennium BCP a favor de ESCRITÓRIOS DO TEJO	34 396	34 396
Millennium BCP a favor de PRMT TEJO SA	34 396	34 396
Total Garantias Bancárias Intermediadas	71 292	71 292

31. Acontecimentos após a data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

32. Proposta de aplicação de resultados

Proposta de aplicação de resultados

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se a seguinte aplicação para o resultado líquido do exercício positivo, no valor de 35.391 €:

- (I) 33.621 € - transferido para a conta de resultados transitados; e
- (II) 1.770 € - utilizado para constituição de reserva legal;

Lisboa, 31 de março de 2025

Francisco Joaquim Rubião Almeida Leão

O Administrador Único

Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

O Contabilista Certificado

